

Comunicado da Esquerra Republicana de Catalunya sobre a condenação dos líderes políticos catalães

O Estado espanhol condenou os líderes políticos catalães com penas de até 13 anos de prisão. A única solução possível é a anistia e o reconhecimento do direito à autodeterminação da Catalunha.

O Supremo Tribunal Espanhol declarou culpados de sedição, peculato e desobediência os líderes independentistas que promoveram o referendo de autodeterminação da Catalunha no dia 1º de outubro, **condenando-lhes com penas de até 13 anos de prisão.**

A sentença contra os líderes catalães é um erro histórico que não resolve o conflito político, limita e condiciona o espaço democrático através da repressão. Um erro que causará um terremoto político e social como o que já aconteceu com a Sentença contra o Estatuto de Autonomia da Catalunha, cortado em 2010. O Estado mais uma vez afirma que a Catalunha e a sua cidadania devem permanecer caladas e que não tem o direito de decidir nem o próprio futuro, e se tentarem defender a democracia, a repressão será a resposta.

Foi um julgamento político em que representantes eleitos e líderes da sociedade civil foram processados por seus valores e obediência ao mandato democrático da cidadania. Um estado que se considera democrático não pode prender líderes pelo fato de permitir o direito de voto. Portanto, eles não querem julgar fatos, senão punir um movimento político e gerar sofrimento às pessoas que faziam parte do governo da Catalunha, à Presidenta do Parlamento e aos membros da sociedade civil. Essa condenação é um ataque à democracia, aos direitos fundamentais e à liberdade.

O julgamento teve numerosas irregularidades, como testemunhado por organizações internacionais de direitos humanos que acompanharam de perto o processo, como *The International Federation for Human Rights* (FIDH), i *EuroMed Rights*. Essas organizações denunciaram inúmeras deficiências processuais e falta de garantias durante todo o julgamento, violando o direito de defesa dos líderes catalães. Além disso, também criticaram o fato de todos os acusados terem levado mais de dois anos privados de liberdade, em situação de prisão preventiva.

Por tudo isso, este julgamento ajuda a internacionalizar o conflito catalão e deixar o **Estado espanhol em evidência, o qual será levado a instâncias e tribunais internacionais** pela violação de direitos e perseguição, que estão sendo realizados contra o movimento pela independência.

Pedro Sánchez, primeiro-ministro espanhol em exercício e membro do Partido Socialista, não conseguiu nem quis resolver esta situação. Isso é evidenciado pelo pedido das mais altas penas pelo Ministério Público e pela Advocacia-Geral da União, designadas por proposta do governo espanhol, mas também pela ameaça de uma nova suspensão do autogoverno da Catalunha por meio do artigo 155 da Constituição espanhola. Exigimos que o Estado Espanhol aja para resolver esse conflito e volte à política.

Foi demonstrado que repressão e a perseguição não levam a lugar algum. Em consequência da falta de diálogo e do agravamento das relações com a Catalunha, ocorreu o colapso político do Estado espanhol. Foram realizadas quatro eleições em 4 anos na Espanha, sem que governo algum encontre estabilidade para governar ou alcance uma solução política com o governo catalão, que deve necessariamente passar pelo exercício do direito à autodeterminação, que permita a cidadania decidir sobre seu próprio futuro.

Agora é a vez da democracia. A comunidade internacional deve estar envolvida na resolução de um conflito político, que se trata de direitos humanos e fundamentais, e que vai muito além das fronteiras do Estado espanhol. Somente através do diálogo e da negociação é possível resolver um conflito que o governo espanhol demonstrou não querer ou não conseguir resolver. Nenhum democrata deve se calar diante de violações de direitos fundamentais, como os que estão ocorrendo na Catalunha.

É por tudo isso que:

1. **Pedimos** à comunidade internacional, e especialmente à União Européia, que abra um diálogo para encontrar uma resposta democrática ao conflito catalão.
2. **Recordamos** que o direito à autodeterminação, defendido por uma ampla maioria da cidadania da Catalunha, não é um crime, senão um direito garantido aos povos.
3. **Instamos** ao governo espanhol e à Europa para que facilitem o exercício do direito à autodeterminação da Catalunha e permitam saber a opinião da sua cidadania.
4. **Exigimos** uma resposta democrática à Catalunha, a anistia de todos os presos políticos catalães e o retorno dos exilados.

Barcelona, 14 de outubro de 2019.